

Interseções entre distopias e realidade: ameaça aos direitos femininos em contextos autocráticos através da obra "O Conto da Aia" – 1985/2017

Maria Clara de Oliveira Silva

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História – Unimontes

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG

e-mail: mariamcos@gmail.com

Ao escrever sua obra “A Utopia”, em 1516, Thomas More cunhava o termo que posteriormente seria utilizado para definir um modelo ideal de sociedade, na qual houvesse convivência pacífica, tolerância religiosa e onde não restasse lugar para a corrupção, desigualdade social e a exploração de classes menos favorecidas. Mais de três séculos depois do lançamento do livro de More, em 1868, o filósofo John Stuart Mill, em um discurso no Parlamento, criava o termo “distopia”, ao citar: “o que é demasiadamente bom para ser tentado é utópico, o demasiado mau é distópico.”

No contexto das grandes guerras que assolaram o mundo no século XX, principalmente a Segunda Guerra Mundial com os seus regimes totalitários, houve uma proliferação de romances “distópicos”, isto é, histórias fictícias de caráter político com um tom irônico que denunciavam os problemas enfrentados pela sociedade. Sobre isso, Hilário (2013) pontua que o romance distópico pode ser entendido como aviso de incêndio, buscando chamar a atenção para que o acontecimento perigoso seja controlado, e seus efeitos, embora já em curso, sejam inibidos (HILÁRIO, 2013, p. 202).

Assim, é reconhecida a capacidade das distopias de especular sobre o porvir, através de hipérboles baseadas em problemas encontrados no presente, o que demonstra um futuro nada esperançoso, mas que nos dá ferramentas para encará-lo e resistir àquilo que ele nos reserva. Andityas Matos afirma que:

A história recente do Ocidente demonstra e comprova a possibilidade técnica de realização dessas distopias político-jurídicas autoritárias, cada vez menos fictícias. Não poderia ser diferente: os enormes avanços tecnológicos somados à desagregação ética que assola o nosso tempo produziram visões

de futuro em que o direito passou a ser mero instrumento de dominação e de desumanização. Impossível pensar em uma sociedade universal justa e livre após os horrores dos totalitarismos, testemunhas da capacidade de infinita crueldade, em escala global, de que os homens são capazes (MATOS, 2017, p. 47).

Exemplos disso são as obras “1984”, do escritor George Orwell, que narra um futuro em que as pessoas são observadas e reprimidas pelo *Big Brother* – uma espécie de líder nacional –, e em que a história é constantemente reescrita para favorecer o governo; e também o livro “Admirável Mundo Novo”, do escritor Aldous Huxley, que mostra um futuro no qual as pessoas são coagidas a experimentarem todos os tipos de “prazeres físicos” – como o uso de entorpecentes, ou incentivo à “promiscuidade” –, para se distraírem e não questionarem as decisões adotadas pelo governo.

Observa-se, portanto, que semelhanças entre as distopias e a realidade atual não faltam. Vittorio Talone pontuou alguns fatos que demonstram como, há alguns anos atrás, o nosso presente poderia ter sido lido como parte de um futuro distópico, como, por exemplo, o fato de o Brasil estar em 10º lugar no *ranking* mundial quanto à taxa de homicídios – que afetam, sobretudo, os jovens negros; ou o fato de Donald Trump ter quase provocado um dos maiores riscos de guerra nuclear das últimas décadas por “trocar farpas” com Kim Jong-un, ditador da Coreia do Norte; e ainda, a guerra na Síria, travada durante anos contra o Estado Islâmico, cuja atuação deixou milhares de pessoas mortas e refugiados espalhados por todo o mundo (TALONE, 2018, p. 369).

Sendo assim, nota-se na história recente uma tendência à aparição de obras distópicas em contextos que representam ameaças aos direitos humanitários. Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar o livro O Conto da Aia (do original: *The handmaid's tale*, de 1985), da escritora canadense Margaret Atwood, e também a primeira temporada da série homônima, que estreou em 2017, transmitida pela rede de *streaming Hulu*, e que foi indicada a 13 *emmys*, levando 8 estatuetas, dentre elas, pela categoria de melhor série dramática.

A obra se configura como um romance de ficção distópica, no entanto, para ir além do termo “distopia”, nas entrevistas com Margaret Atwood, a autora refere-se ao seu livro não como uma obra de “ficção científica”, mas como uma “ficção

especulativa” (ATWOOD *in* ALLARDICE, 2018, s/p), uma vez que, os fatos apresentados na história, segundo a autora, são passíveis de acontecerem num futuro próximo, considerando-se o perfil dos governos que têm se delineado no mundo nas últimas décadas, especialmente nos Estados Unidos. Nesse sentido, as questões colocadas por este trabalho são: o que a obra de Atwood apresenta de diferente em relação às demais distopias consideradas “clássicos” do século XX? E quais as similaridades e diferenças podem ser identificadas comparando-se a história narrada pela autora e o contexto vigente?

Primeiramente, O Conto da Aia foi escrito e publicado em uma época de ascensão de regimes neoliberais pelo mundo, o que coincide com um contexto de ameaça aos direitos das minorias. Sobre isso, Hobsbawm (1995) afirma:

Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata, quando as políticas econômicas e sociais da Era de Ouro pareceram fracassar. Governos de direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan e a confiante e temível sra. Thatcher na Grã-Bretanha (1979-90) eram os mais destacados (HOBSBAWM, 1995, p. 245).

Esse contexto de ascensão do neoliberalismo culminou com a ameaça aos direitos de minorias, o que favoreceu também o fortalecimento de movimentos sociais que representavam esses grupos, o que já vinha acontecendo desde décadas antes. Nesse sentido, na época em que o romance foi lançado, as ideias feministas já tinham se espalhado mundialmente, e davam base para o surgimento de uma nova onda feminista, que viria na década de 80 e 90, trazendo novas pautas adaptadas àquela realidade. Assim, Fougeyrollas-Schwebel (2009) afirma:

O feminismo do fim dos anos 60 e começo dos anos 70 adquire, como no século XIX, uma amplitude internacional. A onda de choque parte dos Estados Unidos e chega muito rapidamente à Grã-Bretanha e à Alemanha, ainda na mesma década. A explosão estudantil de 1968 é o terreno da propagação do feminismo, e a grande aparição pública do movimento norte-americano em 26 de agosto de 1970, para festejar os cinquenta anos do direito de voto nos Estados Unidos, dá força aos movimentos europeus. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL *in* HIRATA, LABORIE, DOARÉ, SENOTIER, 2009, p.146).

Ao abordar a história dos Estados Unidos, Karnal et. al. (2007) aprofundam-se sobre as reivindicações e os impactos destes movimentos, elucidando sua importância na abertura dada às mulheres nos mais diversos campos do conhecimento, como a política, as artes, a cultura em geral, a mídia, dentre outros:

Mulheres nos movimentos estudantis, por direitos civis e antiguerra, começaram a criticar o machismo de colegas ativistas homens e a falta de mulheres na liderança dos movimentos. Feministas radicais surgiram em 1968, ampliando suas críticas às instituições tradicionais do casamento, da família e às relações heterossexuais. Revistas e jornais feministas espalharam-se. **Mulheres cada vez mais se destacaram na cultura pop, na mídia, nas universidades e nas políticas públicas.** Já nos anos 1960, vários atos legislativos proibiram a discriminação sexual no emprego e, em 1973, por decisão da Suprema Corte, o aborto foi legalizado no país (KARNAL; PURDY; FERNANDES; MORAIS, 2007, p. 251, grifos nossos).

Nesse sentido, na década de 1980, quando o livro foi escrito por Atwood, a escritora muito possivelmente foi influenciada por essa nova onda feminista, e da mesma forma, seu livro teve maior receptividade já que mulheres passaram a ocupar papel de destaque nas produções culturais daquela época.

Em segundo lugar, pode-se destacar, portanto, o fato de que trata-se de uma obra escrita por uma mulher, cujas personagens principais são mulheres, e cujo objetivo principal é estabelecer uma crítica ao modo como as mulheres são tratadas pela sociedade, principalmente quando governos autoritários assumem o poder e ameaçam os seus direitos. Esta característica diferencia-a das demais distopias renomadas e consideradas “clássicas” da literatura, que embora apresentem personagens femininos de destaque, não centram-se na relação de opressão destas mulheres pelos regimes autoritários.

Para compreender e contextualizar melhor o trabalho é preciso adentrar um pouco na história narrada pela autora. Sendo assim, a obra retrata um futuro não muito distante em que os Estados Unidos são dominados por um governo teocrático¹ e autoritário, chamando-se agora *República de Gilead*. Neste contexto, as taxas de fertilidade caíram muito em função da poluição e das DST's, e as poucas mulheres que

¹ Com o termo Teocracia designa-se um ordenamento político pelo qual o poder é exercido em nome de uma autoridade divina por homens que se declaram seus representantes na Terra, quando não sua encarnação (BOBBIO, 1998, p. 1237).

ainda têm capacidade comprovada de reprodução são transformadas em “aias”, ou seja, servas destinadas às famílias mais ricas – cujas mulheres não têm capacidade de se reproduzir –, para lhes gerar filhos através de cerimônias ritualísticas de estupro. Toda a sociedade é dividida em castas, todos os costumes são rigorosamente baseados em versões radicalizadas e deturpadas da Bíblia e aqueles que fogem aos padrões ou normas estabelecidas são severamente punidos, torturados, quando não enforcados e expostos no “muro” para servir de exemplo aos demais indivíduos que tentarem se rebelar (ATWOOD, 2017).

Percebe-se, portanto, que a autora utiliza-se de hipérboles para criticar e denunciar problemas relativos à época em que escreveu a obra, no contexto da década de 1980, no qual mulheres ainda travavam lutas principalmente pela igualdade salarial, contra a violência de gênero, pela legalização do aborto, contra o moralismo ainda resistente em relação ao uso de métodos contraceptivos, dentre outros. Nesse sentido, é curioso que a obra tenha sido transformada em série recentemente, num contexto em que governos de tendências autoritárias têm assumido o poder em diversas partes do mundo, com enfoque especial para os Estados Unidos, representando ameaças aos direitos de minorias. Sobre este quadro, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt apontam:

Os estados americanos, em tempos louvados pelo grande jurista Louis Brandeis como “laboratórios da democracia”, estão em risco de se tornarem laboratórios do autoritarismo, à medida que os que estão no poder reescrevem as leis eleitorais, redesenham os círculos eleitorais e, inclusive, revogam os direitos eleitorais para garantir a vitória. E em 2016, pela primeira vez na História dos EUA, um homem sem experiência em cargos públicos, e com pouco apego visível aos direitos constitucionais e claras tendências autoritárias, foi eleito presidente (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 10).

Seguindo essa linha de raciocínio, Peter Burke afirma que “mais uma vez, por um lado, os governos têm mais acesso a informações sobre seus cidadãos do que jamais tiveram antes, encorajando a centralização e alimentando temores de um domínio ditatorial, da configuração de um Estado do tipo ‘*Big Brother*’” (BURKE, 2008, p. 78)

Outro objetivo deste trabalho é, portanto, analisar quais os interesses por trás dos produtores e da rede de *streaming* que transmitem a série em levá-la ao ar em um

contexto de ameaça aos direitos femininos, diante da ascensão de governos de extrema-direita ao redor do mundo.

Assim, com base em leituras e informações previamente estabelecidas, percebe-se que, apesar de todas as diferenças, o contexto em que livro e série foram produzidos possuem algumas similaridades, como o domínio de governos autocráticos, a ameaça aos direitos das mulheres, as desigualdades de gênero e uma efervescência dos movimentos feministas. Apesar das conquistas destes movimentos nas últimas décadas, ainda hoje, a desigualdade de gênero se faz presente na vida das mulheres, e esta pode também variar de intensidade a depender da classe social, etnia, e outras categorias as quais as mulheres estão inseridas. Isto é retratado metaforicamente no romance quando a autora divide a sociedade em “castas”. Em sua consagrada obra, “O segundo sexo”, Simone Beauvoir já discorria sobre o assunto:

Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito do que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam, na indústria, na política etc., maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado, e no passado toda a história foi feita pelos homens. (BEAUVOIR, 2016, P. 17).

Comparando-se a fala de Beauvoir – que, apesar dos avanços das lutas feministas ainda pode ser considerada muito atual –, com o livro de Atwood, percebe-se que “O Conto da Aia” ainda apresenta muitas similaridades com a realidade, levando-se em consideração a subjugação das mulheres pelos homens, principalmente através da política e da religião, que, seguindo uma lógica conservadora – que tem sido retomada com intensidade maior nos últimos anos em alguns países, especialmente nos Estados Unidos, onde curiosamente se passa a história –, tentam restringir à mulher a função de cumprir as atividades domésticas, enquanto os homens gozam de trabalhos melhores e mais bem remunerados, ficando “livres” das atividades que, em teoria, deveriam ser assumidas pelas mulheres.

É interessante notar também que embora retrate diversas formas de opressão feminina no livro, Atwood dá um enfoque especial ao tema da maternidade e toda a

mística envolvida ao redor deste assunto. Isto porque, embora as lutas feministas tenham adquirido muitos direitos para as mulheres ao longo da história, ainda persiste em grande parte do imaginário popular uma associação positiva ao estereótipo da mulher “do lar”, ou seja, aquela cujo destino vital reduz-se a casar, cuidar dos afazeres domésticos e ter filhos.

A autora Sílvia Federici – que analisa a perseguição às mulheres na idade média através da Inquisição, no livro “O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva” (2017) –, traça um histórico desta relação de opressão ligada aos estereótipos femininos. Segundo a autora, a idealização da maternidade e da procriação vêm desde o século XVII, quando a população começa a entrar em declínio numa época em que a demanda por mão de obra para o trabalho passa a se tornar mais importante, diante do estabelecimento do mercantilismo como sistema econômico. Nesse sentido, a autora pontua:

A caça às bruxas expropriou os corpos das mulheres, os quais foram assim “liberados” de qualquer obstáculo que lhes impedisse de funcionar como máquinas para produzir mão de obra [...]. Podemos imaginar o efeito que teve nas mulheres o fato de ver suas vizinhas, suas amigas e suas parentes ardendo na fogueira, enquanto percebiam que qualquer iniciativa contraceptiva de sua parte poderia ser interpretada como produto de uma perversão demoníaca (FEDERICI, 2017, p. 330).

Para Michel Foucault, esse processo se intensifica a partir da sistematização do discurso médico, em meados do século XIX, após a revolução industrial, quando acontece uma “patologização” dos comportamentos, a fim de punir aqueles que apresentam comportamentos ameaçadores à lógica capitalista de produção de mão de obra para o trabalho (FOUCAULT, 2010). Sobre isso, Foucault também pontua:

Esse bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (FOUCAULT, 1993, p. 132).

Nesse sentido, em uma época onde as consequências do capitalismo são levadas ao extremo e o fanatismo religioso se configura como aliado do jogo político em muitos países, a obra de Atwood leva também a refletir sobre a intervenção estatal no controle

de natalidade, dando enfoque especialmente para a regulação dos corpos femininos, no que diz respeito à maternidade, sendo possível identificar no contexto vigente uma retomada à idealização do papel de “mãe” por parte de governos conservadores.

Essa insistência em se resgatar o estereótipo de “mãe”, voltando a colocá-lo como único modelo adequado, pode ser justificada pela conquistada de direitos e liberdades pelas mulheres nas últimas décadas e o impacto que essas conquistas exercem contra a manutenção do regime patriarcal e capitalista. Federici aponta que, ao contrário do que acontecia na década de 1950, hoje, as mulheres estadunidenses estão dispostas a renunciar à maternidade, aceitando até à esterilização se for necessário para manter um emprego, ao invés de se submeter ao trabalho e aos sacrifícios associados à criação de filhos (FEDERICI, 2019, p. 100-101).

É notável a contradição apresentada pela obra e também identificada no contexto atual: enquanto dá-se um valor descabido à capacidade de reprodução, as mulheres que concebem estes filhos são despojadas de muitos direitos, tendo que abrir mão da própria liberdade, enquanto defrontam-se constantemente com a ameaça de violência sexual, quando não da própria morte. Sendo assim, vários movimentos feministas ao redor do mundo utilizaram a série como referência em protestos que exigiam leis mais incisivas contra a violência doméstica, o feminicídio, os casos de abuso sexual e também favoráveis à regulamentação do aborto, dentre outros. Sobre o contexto atual, Federici aponta:

Uma vez mais, muito da violência empregada é dirigida contra as mulheres, porque, na era do computador, a conquista do corpo feminino continua sendo uma pré-condição para a acumulação de trabalho e riqueza, tal como demonstra o investimento institucional no desenvolvimento de novas tecnologias reprodutivas que, mais do que nunca, **reduzem as mulheres a meros ventres** (Idem, 2017, p. 37, grifos nossos).

Partindo desse pressuposto, o que as aias na série representam, se não a redução da utilização de mulheres a “meros ventres”? Quão distante a história fictícia apresenta-se em relação à realidade, quando considera-se que há um número cada vez mais crescente de denúncias de casos de violência contra a mulher e feminicídio que são ignorados – quando não satirizados por representantes do governo –, ao passo que

ocasionalmente aparecem projetos de lei com a finalidade de retirar direitos já adquiridos pelas mulheres – como a criminalização do aborto até mesmo em casos de estupro?

Sendo assim, nessa realidade distópica apresentada por Atwood, baseada em uma visão extrema e deturpada do Antigo Testamento, o desejo de “ser mãe” torna-se objeto de maior cobiça pela casta das “esposas”, que, em função da normalização das condutas, passam a ser coniventes até mesmo com o estupro assistido caso isso possa lhes trazer a possibilidade de ter um filho.

Embora tal situação pareça ilógica considerando-se nossa realidade, a associação da “realização feminina” ao papel de mãe ainda é muito atual. Segundo Cláudia Maia, “o casamento e a maternidade [...] foram concebidos como uma vocação inata que constituiu a natureza feminina e que, por sua vez, definia a “verdadeira mulher”, instaurando a diferença não apenas social, mas também biológica entre as mulheres” (MAIA, 2011, p. 252). Assim, na obra fictícia, as “esposas” são colocadas como o mais alto grau que a mulher pode ocupar na sociedade, sendo possível traçar um paralelo entre a obra fictícia e a história, principalmente em relação aos mecanismos criados pela burguesia para se reafirmar enquanto uma classe dominante. A este respeito, Cunha (1989) afirma:

A construção da figura feminina “sadia” ou higiênica, integrada e realizada através do casamento, constituiu um dos mecanismos básicos de redefinição da família enquanto estratégia básica de construção da ordem burguesa, peça-chave para a manutenção da estabilidade social (CUNHA, 1989, p. 132)

Entretanto, ao longo da série, é possível observar que, o ideal de perfeição e realização associados à maternidade e à figura das “esposas” trata-se apenas de uma construção para manutenção do sistema, como aponta Cunha (1989), uma vez que, apesar dos “benefícios” de se ocupar uma classe privilegiada, as “esposas” também sofrem com todo o sistema o qual ajudaram a criar, isso é claramente observável quando adentramos na história de Serena, a “proprietária de Offred”, personagem principal. Antes do novo governo assumir, Serena era uma ativista conservadora, e embora tenha

sido responsável, juntamente com o seu marido, por criar as regras do novo governo, após a ascensão do mesmo, ela passa a ser totalmente excluída do seu planejamento.

É possível observar momentos também em que Serena sente inveja de Offred, que, apesar de ocupar uma classe subalterna à sua, sofrendo torturas, estupros e estando sujeita a outros tipos de punição, de certa forma, é considerada “abençoada”, por ter a capacidade de dar a luz. Assim, o desejo de ser mãe se sobrepõe a quaisquer violências a que a mulher possa estar sujeita, assim como à ausência da sua liberdade, evidenciando, portando, os mecanismos do dispositivo da sexualidade, que também atua sobre a sociedade contemporânea. Nesse sentido, Cunha (1989) afirma:

No fundo, todo o discurso e a prática psiquiátricos em torno da mulher apontam para o reforço de certos papéis e estereótipos sociais garantidores da dominação de gênero e da dominação de classe – o que significa atribuir diferentes papéis a diferentes mulheres e exigir delas que, silenciosamente, os cumpram (CUNHA, 1989, p. 140).

Percebe-se, portanto, que ainda há uma precarização das vidas das mulheres, cujos direitos sempre voltam a ser ameaçados em contextos autoritários, que, através do “biopoder”, tentam regular a vida e os corpos dos indivíduos. Sobre a precarização das vidas, Butler afirma: “a precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro” (BUTLER, 2016, p. 31). Nesta mesma lógica, Agamben pontua que “são os corpos absolutamente matáveis dos súditos que formam o novo corpo político do Ocidente” (AGAMBEN, 2007, p. 131).

Em meio a este contexto de ameaça aos direitos femininos, entretanto, é possível elencar uma esperança: a obra retrata também momentos oportunos em que as mulheres conseguem escapar às opressões as quais estão sujeitas e se rebelar contra o governo. Isto é feito na série também pelo grupo chamado de “Resistência”, que pode ser associado ao conceito de “*parrhesia*” apresentado por Foucault. A respeito deste conceito, Gros (2004) elucida: “a *parrhesia* é uma tomada da palavra pública ordenada à exigência de verdade que, de um lado, exprime a convicção pessoal daquele que a mantém e, de outro, gera para ele um risco, o perigo de uma reação violenta do destinatário” (GROS, 2004, p. 158). Nesse sentido, Foucault (2004) revela que, toda

relação de poder exige em contrapartida uma possibilidade de reação. De acordo com o autor:

[...] para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade. Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem todo poder sobre o outro, um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação –, não haveria de forma alguma relações de poder (FOUCAULT, 2004, p. 276-277).

As manifestações que usam como inspiração a história narrada por Atwood, demonstram-se, portanto, como atos de *parrhesia* e resistência contra as relações de poder estabelecidas pelo Estado e pelo modelo de sociedade patriarcal.

Em relação à metodologia do trabalho, além das fontes primárias – que se constituem no livro de Atwood e na primeira temporada da série homônima, e dos(as) autores(as) já apresentados(as) que trabalham com temáticas relacionadas à ficção científica, distopias, exploração e resistência feminina, biopoder, dentre outros, utilizaremos também autores(as) que trabalham com o conceito de história do presente. Nesse sentido, Hannah Arendt afirma:

Já não podemos nos dar ao luxo de extrair aquilo que foi bom no passado e simplesmente chamá-lo de nossa herança, deixar de lado o mau e simplesmente considerá-lo um peso morto, que o tempo, por si mesmo, relegará ao esquecimento. A corrente subterrânea da história ocidental veio à luz e usurpou a dignidade de nossa tradição. Essa é a realidade em que vivemos. E é por isso que todos os esforços de escapar do horror do presente, refugiando-se na nostalgia por um passado ainda eventualmente intacto ou no antecipado oblívio de um futuro melhor, são vãos. (ARENDR, 2012, p.14)

Jean-François Sirinelli, por sua vez, pontua que é um fato incontestável que o contexto histórico influi sobre as orientações historiográficas, e, para o autor, isso independe do período estudado (SIRINELLI, 1999), portanto, não faz sentido evitar a história do tempo presente – tão questionada por historiadores –, sob o argumento de ser influenciado pelo contexto em que se vive, uma vez que, independente do período

estudado, o historiador sempre irá imprimir suas impressões e influências do presente em seu estudo.

Também serão utilizadas nesta pesquisa autores que trabalham com mídia enquanto fontes de estudo. Uma importante contribuição, nesse sentido, é do autor Douglas Kellner, que a respeito do tema abordado, pontua:

Os estudos culturais podem desempenhar importante papel, ainda que modesto, na luta por um futuro melhor. O *cyberpunk*, a ficção científica e os estudos culturais, voltando-se para o futuro, podem imaginar e expressar um porvir futuro e ajudar a guiar nossas ações e escolhas presentes e futuras. A reflexão sobre os possíveis futuros da mídia chama a atenção para a urgência de tarefas prementes dos estudos culturais, tarefas que foram negligenciadas ou suprimidas no tumulto na confusão do presente (KELLNER, 2001, p.423)

Os fatos previamente mencionados evidenciam, portanto, a pertinência de se analisar o assunto proposto para esta pesquisa, considerando diversos fatores, a começar pela enorme importância que tem sido dada a uma obra literária de distopia cuja autora é mulher, cujas personagens são predominantemente mulheres e que tem como temática central a retirada de direitos femininos quando governos autoritários entram em cena. Além disso, é notável como uma série televisiva lançada recentemente e baseada em sua obra tornou-se sucesso de crítica, sendo aclamada por grande parte do mundo, evidenciando ocasionalmente que o público consumidor da série encontra similaridades entre a história fictícia narrada e a realidade (principalmente no que diz respeito ao governo Trump, nos EUA), uma vez que esta parece apresentar postura crítica em relação ao cerceamento de direitos das mulheres nos Estados Unidos e no mundo.

Torna-se, assim, relevante compreender as interseções entre o livro e a série e o contexto em que foram produzidas, a pertinência das críticas apresentadas, o motivo do sucesso atribuído a série, sua influência no comportamento da sociedade, as intenções por trás da produção e divulgação da série, dentre outros. Por se tratar de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento, este trabalho não apresenta conclusões finais.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALLARDICE, Lisa. Margaret Atwood: I am not a prophet. Science fiction is really about now. Periódico **The Guardian**, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/books/2018/jan/20/margaret-atwood-i-am-not-a-prophet-science-fiction-is-about-now>> Acesso em 02 nov. 2018.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ATWOOD, Margaret. **O Conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. Vol.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BURKE, Peter, *in* RIBEIRO, Ana Paula Goular; Herschmann, Micael (orgs.). **Comunicação e História: interfaces e abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CUNHA, Maria Clementina P. **Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX**. *Revista Brasileira de História*, v.9, n.18, ago-set, 1989. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000211&pid=S0104-5970200800050000900047&lng=pt> Acesso em 15 jan. 2019.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade, v. I: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. A ética do cuidado de si como Prática de Liberdade. In: MOTA, M. B. D. (org.). **Foucault: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **História da Loucura.** Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GROS, Frédéric (org.). **Foucault: a coragem da verdade.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XXI: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e pós-moderno.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LEVITSKY, Steven. Ziblat, Daniel. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MAIA, Cláudia. **A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral.** Florianópolis, 2011.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Utopias, distopias e o jogo da criação de mundos. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1 e 2, p. 40-59, jan./dez. 2017.

Disponível em:

<https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/24/03_Andityas_UtopiaDistopia_pags_40a59_Revista_UFMG_24.pdf> Acesso em 28 jun. 2019.

MORUS, Thomas. **A Utopia.** São Paulo: Editora Escala, s/a.

ORWELL, George. **1984.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, tempo e história. In: _____ (Orgs.). **Questões para a história do presente.** Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.73-102.

TALONE, Vittorio da Gamma. Distopias presentes, passadas e futuras: os monstros da sociedade. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 368-380, dez, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222018000300368&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29 jun. 2019.